

Reforma psiquiátrica e o Datasus: o uso de um instrumento ou o uso instrumental?

Psychiatric reform and Datasus: the use of an instrument or an instrumental use?

Lucas Spanemberg*

* Psiquiatra. Preceptor de Residência, Unidade de Internação Psiquiátrica, Hospital São Lucas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS. Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. Suporte financeiro: Bolsa de Doutorado, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Caro Editor,

Gostaria de tecer alguns comentários sobre o artigo intitulado “A falácia da adequação da cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul”¹, recentemente publicado na Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, é importante salientar o mérito de trabalhos como esse. O tema da atenção em saúde mental tem sido relativamente ignorado nas publicações científicas em psiquiatria no nosso meio quando comparado a outros temas, demonstrando certa negligência dos psiquiatras em relação ao assunto. Por outro lado, tem sido cada vez maior a atuação de nossas entidades representativas (Associação Brasileira de Psiquiatria² e Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, por exemplo) em fóruns, debates e discussões sobre o tema da assistência à saúde mental, apontando para uma participação mais atuante dos psiquiatras numa “reforma” da qual estávamos praticamente excluídos.

Contudo, o artigo em questão traz à tona outro tema não menos importante: o uso instrumental dos números e cifras gerados pelos bancos de dados oficiais para a defesa política de uma proposta. Os autores revelam a existência de uma desigualdade importante na oferta de serviços dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Rio Grande do Sul, a despeito da “adequação numérica global” observada no estado. Desconstruam, assim, a tese da boa cobertura dos CAPS no RS. Porém, essa revelação pode ser somente a ponta do *iceberg*: em que medida podemos confiar na veracidade dos bancos de dados oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS)? Serão confiáveis os registros de procedimentos, internações, profissionais no sistema e indicadores de saúde?

Alguns trabalhos têm mostrado que podemos usar as informações do Datasus* como fonte de pesquisa em psiquiatria³, sendo esta uma ferramenta válida e útil. Contudo, a existência de informações não significa sua veracidade ou confiabilidade.

Um exemplo de que esses números podem estar equivocados é uma constatação pessoal. Na relação de profissionais ativos publicada pelo Datasus na página do Ministério da Saúde⁴, ainda consta como psiquiatra “ativo” vinculado à “Casa de Saúde Mental NH”, sendo que não atendo nessa instituição há quase 2 anos. Da mesma maneira, muitos outros profissionais que não atendem mais na rede ainda têm seus nomes publicados como “ativos”, o que pode construir números superfaturados sobre o SUS. Na mesma linha, não são incomuns os relatos de médicos registrados na rede de que os números gerados muitas vezes não correspondem aos executados, uma vez que a quantidade de informações ainda não é acompanhada de um sistema de controle suficientemente complexo e eficaz para gerenciá-las, assim como de recursos humanos capacitados e suficientes para cumprir essa tarefa. Além disso, o uso político de cifras para defender determinadas ações pode mascarar realidades não tão desejáveis quanto pregam suas ideologias originais. Assim, a reforma psiquiátrica têm implicado uma política de desassistência e de fechamento de leitos, sem uma construção adequada de rede alternativa⁵. Quem trabalha com internação psiquiátrica conhece bem essa realidade, pois nos deparamos cotidianamente com a falta de leitos psiquiátricos e a falta de uma rede de atenção adequada para os pacientes do SUS que recebem alta hospitalar.

Por fim, acredito que esse debate apenas se inicia e implica um amadurecimento na construção de um sistema de saúde eficiente e suficiente. As imperfeições e distorções fazem parte desse amadurecimento, mas devem ser sempre consideradas face às limitações dos dados gerados. Se as metodologias de pesquisa não considerarem a baixa confiabilidade desse tipo de informação, podem ser geradoras de dados falsos, inúteis ou até perigosos – tão perigosos quanto o uso político e instrumental de cifras para mascarar um sistema de saúde mental ainda ineficaz e pouco acessível.

Referências

1. Gonçalves VM, Candiago RH, Saraiva SS, Lobato MI, Belmonte-de-Abreu PS. A falácia da adequação da cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul. *Rev Psiquiatr Rio Gd Sul*. 2010;32:16-8.
2. Hetem LA. A clínica da reforma: o que é e o que pode vir a ser. *Debates - Psiquiatria Hoje*. 2009;1(1):12-5.
3. Candiago RH, Abreu PB. Uso do Datasus para avaliação dos padrões das internações psiquiátricas, Rio Grande do Sul. *Rev Saude Publica*. 2007;41:821-9.
4. Brasil, Ministério da Saúde. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos em Saúde. 2010. http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Profissional.asp?VCo_Unidade=4313402230968. Acessado 08 ago 2010.
5. Lejerman F. A falácia da adequação da cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial no estado do Rio Grande do Sul: comentário. *Rev Psiquiatr Rio Gd Sul*. 2010;32:1-2.

* Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (<http://www.datasus.gov.br>), acessado em 08/08/2010.

Correspondência:

Lucas Spanemberg, Unidade de Internação Psiquiátrica, HSL/PUCRS, Av. Ipiranga, 6690, 6º andar sul, Jardim Botânico, CEP 90160-090, Porto Alegre, RS, Brasil. Tel. (51) 3320-3041. E-mail: lspanemberg@yahoo.com.br
Não foram declarados conflitos de interesse associados à publicação desta carta.
Copyright © Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – APRS

Recebido em 08/08/2010. Aceito em 27/08/2010.